

Conselho da OAB receia retrocesso

Belém — "O Brasil corre um sério risco de um retrocesso em termos de estabelecimento de uma nova ordem econômica e social". A advertência foi feita ontem pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, ao analisar para a imprensa, o relatório da Comissão de Ordem Econômica da Assembleia Constituinte, que para ele representa "um recuo não à idéias avançadas ou progressistas, mas em relação ao próprio Estatuto da Terra, um documento de 1964, concebido sob um regime militar".

Na opinião de Márcio Bastos, a reforma agrária é uma condição primeira para a pacificação no meio rural. "Nenhum país pode pensar em democracia sem uma reforma agrária efetiva, que fixe o homem à terra, que crie uma vocação agrícola, e propicie internamente um mercado consumidor", disse, aduzindo que "o Brasil não pode continuar sendo um shopping center internacional". E arrematou: "Não somos uma Cingapura ou Hong Kong".

Manifestando-se convicto que na passagem das comissões técnicas para a Comissão de Sistematização da Constituinte muitas imperfeições serão corrigidas, Márcio Bastos observou que se o país quer que a próxima Carta Magna seja a base de um regime democrático estável, ela deve prever reformas de cunho mais popular, como a reforma sindical, urbana, agrária, fiscal e tributária. "Isto porque por si só — na ótica de Márcio — uma Constituição não pode criar uma democracia, mas somente estabelecer um plano de voo, a base, o início, para um regime efetivamente democrático, que em primeiro plano contemple os direitos substanciais de cada cidadão, e não apenas os direitos formais ou a uma liturgia formal de liberdades.

Manifestando preocupação com algumas posições conservadoras aprovadas pelas comissões, o advogado frisou que "não podemos conviver em pleno fim do Século XX com uma Constituição que não seja provida de um conteúdo moderno do ponto de vista econômico e social, capazes de permitir a criação de um regime verdadeiramente democrático. Concluiu dizendo que "é preciso continuar uma mobilização nacional e a OAB está empenhada a se integrar a todos os movimentos que lutem pela apresentação de emendas populares, visando a aperfeiçoar a proposta final da nova Carta, tendo sempre como base as posições tomadas pela OAB nos vários congressos nacionais e internacionais de que tem participado".

Parlamentar faz apelo ao entendimento

Uma Constituição deve expressar as aspirações maiores, os princípios fundamentais da nação. E para chegar a este patamar, é preciso alinhar as linhas mestras de um conselho nacional. Não o conselho de parlamentares, mas o consenso dos diversos segmentos nacionais.

Este é o posicionamento da deputada Raquel Cândido (PFL/RO), em discurso pronunciado no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Ela entende que se uma Constituição expressar tão-somente a vontade de um ou de alguns segmentos, não é Constituição nem um tratado, posto que este delimita áreas, estabelece princípios e posições entre os parceiros signatários, reciprocidade, "mas um termo de rendição, que fixa os princípios dos vencedores e as cláusulas obrigacionais dos perdedores".

Raquel Cândido acredita que as sessões plenárias da Assembleia Nacional Constituinte corrigirão os rumos e haverão, pelo consenso, de expressar a vontade nacional, "sem que haja vencedoras ou vencidos, mas brasileiros que lutam pelos mesmos objetivos como a paz e a justiça social".

Cabral nega delegação de poder aos adjuntos

Josemar Gonçalves

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem que não vai delegar poderes a nenhum parlamentar para que trate dos problemas políticos que farão parte do seu relatório. Segundo Cabral, as questões ideológicas serão resolvidas por ele com a participação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e dos quatro líderes do PMDB, deputado Luiz Henrique e Carlos Santana e os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Numa segunda fase, o relator consultará os demais líderes partidários sobre as questões mais polêmicas da Constituinte.

Bernardo Cabral afirmou que o grupo de quatro relatores-adjuntos irá ajudá-lo a redigir o texto do seu relatório, enquanto os oito relatores-adjuntos se restringirão a fazer pesquisas sobre os temas das comissões em que participaram, na fase anterior da Constituinte. "Mas quem vai escrever o parecer é o deputado Bernardo Cabral", afirmou, em tom enérgico.

Ele manifestou também a mesma preocupação transmitida pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), de que se não houver um consenso entre os vários grupos ideológicos dentro da Constituinte a nova Constituição não sairá este ano. O relator garantiu, porém, que a nova Carta vai ser a síntese jurídica da vontade da maioria. "Na elaboração do meu parecer vai ser respeitada a tendência do plenário, que não acredito que seja conservadora", arrematou.

No trabalho de compatibilização dos textos aprovados em sete comissões temáticas, o relator decidirá levando em conta os aspectos jurídico e político. "Na questão jurídica decidirei sozinho e no tocante ao lado político levarei em consideração a opinião dos líderes dos partidos", explicou Bernardo Cabral.

Na sua opinião, não há conflito de atribuições entre os grupos dos quatro relatores-adjuntos e os oito auxiliares; mas adiantou que não vai reuni-los ao mesmo tempo porque a metodização do seu trabalho impede que isso aconteça. Ele descartou que a tendência predominantemente "conservadora" verificada na composição dos relatores auxiliares pudesse influenciar no seu relatório. "Quando você faz uma pesquisa para mim, você não pode trazer um resultado de cunho ideológico", afirmou. A seu ver, o princípio de atrito verificado entre os membros dos dois grupos é resultado de ciúmes entre os parlamentares e não deverá influir no resultado do relatório da comissão.

Senador vê Constituinte heterogênea

Belém — Para o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que foi o relator da Comissão da Ordem Social da Constituinte, não é correta a avaliação feita por alguns setores de que houve uma supremacia do pensamento "conservador" até agora na elaboração da nova Constituição. Ele reconheceu que duas das comissões, da Ordem Econômica e da Educação e Família, realmente não avançaram. Mas lembrou que em duas outras foi mantida a atual situação e em quatro ocorreram avanços, principalmente das da Ordem Social e de Direitos e Garantias Individuais. Para Gabriel, isso tudo reflete a própria heterogeneidade da sociedade brasileira.

Almir Gabriel considera de grande importância o fato de ter sido aprovado por unanimidade em sua comissão um relatório que continha propostas como o direito de greve e a estabilidade no emprego, "politicamente extraordinário". Ele acredita no estabelecimento do princípio de uma nova ordem social no Brasil, na qual os privilégios a categorias e grupos são diminuídos em favor das categorias menos contempladas na sociedade. O senador paraense destacou ainda a força da negociação em sua comissão.



Cabral: "Quem redige o relatório sou eu"

Escolha do texto pode gerar crise

Nos próximos dez dias, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, tomará uma decisão que poderá gerar mais uma crise na Assembleia Constituinte. Ele vai escolher, entre os grupos de Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e de Adolfo de Oliveira (PL-RJ), qual a melhor redação dada ao projeto da nova Constituição. Se o presidente da Assembleia, Afonso Arinos, vê o risco de o trabalho malogrando nessa fase por falta de entendimento, ainda não viu nada: os integrantes dos dois grupos não conseguem sequer conversar.

O deputado Adolfo de Oliveira, que é líder do PL, diz que isso está acontecendo porque até agora ninguém do seu grupo procurou o pessoal do Fernando Henrique. Um assessor do senador contou, entretanto, que esse grupo eminentemente peemedebista não tem o que conversar com o pessoal do Adolfo. "O que Nelson Jobim, Wilson Martins, José Inácio e Miguel Reale (assessor de Ulysses que auxilia o grupo) teriam a dizer a Nilson Gibson ou Sandra Cavalcante?", indagou esse funcionário.

Nilson Gibson, Sandra Cavalcante, Konder Reis, Renato Viana e Joaquim Beliváqua (principais integrantes do grupo de Adolfo) reuniram-se ontem de manhã com seu líder para fazer, por meios artesanais, o que o grupo de Fernando Henrique já faz no Prodasen diante de um terminal de computador. Eles fizeram a leitura dos projetos elaborados pelas comissões temáticas da Constituinte e começaram a anotar os artigos conflitantes ou redundantes, para eliminá-los

do projeto que encaminharão a Bernardo Cabral.

Um exemplo de distorções encontradas está nos projetos redigidos por José Paulo Bisol e José Richa. O primeiro definiu o Brasil como "uma nação fundada na comunhão dos brasileiros, irmanados num povo independente, que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, segundo sua índole e a determinação de sua vontade". Richa dispôs apenas que "o Brasil é uma República federativa instituída pela vontade do povo, como um Estado democrático de direito".

Quando essas discrepâncias chegarem às mãos de Bernardo Cabral, caberá a ele optar pela sugestão do grupo de Fernando Henrique ou de Adolfo de Oliveira e aí residirá o risco que Afonso Arinos começou a pressentir como capaz de gerar uma grave crise nos trabalhos da Constituinte. Ontem o grupo de Fernando reuniu-se com Ulysses Guimarães para debater esse assunto, mas Adolfo Oliveira acha que essa crise é fantasiosa. "O grupo de Fernando Henrique está realizando esses estudos sob um enfoque partidário. O meu grupo, que é multipartidário, faz um trabalho de enfoque genérico", explica-se ele.

No exame dos 526 artigos aprovados nas comissões temáticas, os grupos de Adolfo e Fernando Henrique estão às voltas com os mesmos conflitos redacionais, mas caracterizam-se por pontos de vista diametralmente opostos. A começar pela questão do parlamentarismo, cuja adaptação aos estados o grupo de Fernando Henrique quer ver decidida pelas assembleias legislativas no próximo ano, enquanto o pessoal de Adolfo Oliveira acha que essa preocupação deve ser transferida para os governadores a se elegerem em 1990.

Sistematização reduz Carta

Os 526 artigos entregues pelas comissões temáticas à Comissão de Sistematização deverão reduzir-se a cerca de 300, depois de depuradas as matérias não constitucionais, as superpostas e as conflitantes — segundo o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), coordenador do grupo de relatores auxiliares, criado pelo relator da comissão, Bernardo Cabral, para ajudar nesta tarefa.

O grupo de oito relatores auxiliares continuará mergulhado em seu trabalho durante os próximos dias, inclusive sábado e domingo, a fim de en-

tregá-lo segunda-feira próxima. O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), especialista em técnica legislativa, um dos integrantes do grupo, foi encarregado de ordenar, em títulos e capítulos, todo o trabalho das comissões. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que também integra a equipe caberia redigir o anteprojeto da comissão, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que acabou não sendo aprovado pela comissão. Sandra, entretanto, declinou do convite.